

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 88.975 - SP (2017/0231324-1)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : ALFREDO GOMES RODRIGUES**  
**ADVOGADO : RICARDO BUZALAF E OUTRO(S) - SP338750**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por ALFREDO GOMES RODRIGUES contra acórdão proferido pela 15ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2081923-24.2017.8.26.0000.

Noticiam os autos que foi instaurado inquérito policial para apurar a suposta prática do crime de ameaça pelo recorrente contra a sua ex-nora, tendo o magistrado singular deferido a medida protetiva de distanciamento requerida pelo Ministério Público.

Buscando a revogação da medida, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o patrono do acusado que já teriam transcorrido mais de 2 (dois) anos desde a concessão da medida protetiva sem que tenha sido dado andamento à ação penal, não havendo sequer denúncia oferecida, o que configuraria excesso de prazo.

Alega que o increpado possui interesse em trancar a persecução criminal para que possa se aproximar de sua neta e trazê-la ao seu lar, estando impossibilitado de fazê-lo devido à cautelar de distanciamento.

Requer o provimento da insurgência para que o processo penal em apreço seja trancado.

Contra-arrazoadado o reclamo (e-STJ fls. 115/119), os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça, tendo a liminar sido indeferida, nos termos da decisão de fls. 128/129.

Prestadas as informações (e-STJ fls. 136/137), o Ministério Público Federal, em parecer de fls. 152/156, manifestou-se pelo não provimento do inconformismo.

É o relatório.

Em consulta à página eletrônica da Corte Estadual, constatou-se que o recorrente foi absolvido, sobrevindo o trânsito em julgado da sentença, o que revela a perda do objeto deste apelo.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO JORGE MUSSI**

Relator

